

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO
CURSO TÉCNICO EM MODELAGEM DO VESTUÁRIO

HELENA LOMBARDI BOEING
HELOÁ SPREDEMANN VARGAS
HELOISA JUNG DE ANDRADE
LETICIA KOHLRAUSCH
MARIA EDUARDA PAULA DE ALMEIDA
SARAH JANDREY VOSS
STEPHANY KOPCESKI

Vozes Silenciadas: Memória da Ditadura Militar
em Jaraguá do Sul

Jaraguá do Sul
2025

HELENA LOMBARDI BOEING
HELOÁ SPREDEMANN VARGAS
HELOISA JUNG DE ANDRADE
LETICIA KOHLRAUSCH
MARIA EDUARDA DE PAULA ALMEIDA
SARAH JANDREY VOSS
STEPHANY KOPCESKI

Vozes Silenciadas: Memória da Ditadura Militar
em Jaraguá do Sul

Projeto de pesquisa desenvolvido no eixo
formativo diversificado “Conectando Saberes” do
Curso Técnico em Modelagem do Vestuário
(Modalidade Integrado) do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia Santa Catarina,
Câmpus Jaraguá do Sul – Centro.

Orientador: Cleyton Murilo Ribas.
Coorientador: Selomar Claudio Borges.

Jaraguá do Sul
2025

SUMÁRIO

1 TEMA.....	3
2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	3
3 PROBLEMA DE PESQUISA.....	3
4 HIPÓTESES.....	3
5 OBJETIVOS.....	3
5.1 OBJETIVO GERAL.....	4
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	4
6 JUSTIFICATIVA.....	4
7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA / REVISÃO DE LITERATURA.....	5
8 METODOLOGIA.....	9
9 CRONOGRAMA.....	9
REFERÊNCIAS.....	12

1 TEMA

Ditadura Militar no Brasil.

2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Memória da Ditadura Militar em Jaraguá do Sul.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

Como a narrativa audiovisual sobre a Ditadura Militar pode sensibilizar as novas gerações em Jaraguá do Sul a refletirem sobre os direitos humanos e a importância da democracia?

4 HIPÓTESES

- Os estudantes do IFSC Jaraguá do Sul – Câmpus Centro, tem uma visão mais negativa e crítica da Ditadura Militar em comparação aos outros cidadãos jaraguaenses, que tendem a ter uma visão mais favorável ou neutra.
- O filme *Ainda Estou Aqui*, dirigido por Walter Salles, contribuiu para a conscientização dos estudantes do curso técnico integrado do IFSC campus Jaraguá Do Sul - Centro sobre a memória crítica da Ditadura Militar.
- As memórias da Ditadura Militar em Jaraguá do Sul são moldadas principalmente pelas narrativas familiares, sendo que algumas famílias preservam histórias de resistência, enquanto outras preferem minimizar as experiências relacionadas à repressão.
- A educação em Jaraguá do Sul foi diretamente influenciada pelo regime militar, resultando em um modelo pedagógico que evitava o debate político e o resgate histórico sobre o período.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Promover a conscientização dos estudantes sobre os impactos da Ditadura Militar com foco em Jaraguá do Sul, por meio da coleta e divulgação de análises de historiadores e documentação, incentivando a reflexão crítica e a valorização da memória histórica.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer os impactos da Ditadura Militar sob o ponto de vista de historiadores em Jaraguá do Sul.
- Aprofundar a análise sobre o período da Ditadura Militar, com foco em Jaraguá do Sul, a partir da perspectiva dos Direitos Humanos.
- Sensibilizar os estudantes do IFSC Jaraguá do Sul – Câmpus Centro em relação à Ditadura Militar.
- Investigar a análise crítica dos historiadores sobre a Ditadura Militar.

6 JUSTIFICATIVA

O filme *“Ainda Estou Aqui”*, dirigido por Walter Salles e lançado em novembro de 2024, aborda uma história real sobre o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva durante a ditadura militar brasileira. A narrativa foca na incansável busca de sua esposa, Eunice Paiva, por justiça e verdade após a perda trágica do marido.

A obra cinematográfica teve um impacto significativo na sociedade brasileira, reacendendo debates sobre o período militar e a importância da memória histórica. O filme levou milhões de brasileiros aos cinemas, tornando-se um dos maiores

sucessos de público desde a pandemia. Além disso, a atuação de Fernanda Torres no papel de Eunice Paiva foi amplamente reconhecida, rendendo-lhe prêmios como o Globo de Ouro de Melhor Atriz.

A conquista do Oscar de Melhor Filme Internacional representa um marco histórico para o cinema brasileiro, destacando-se em uma categoria de prestígio mundial. Este prêmio não apenas valida a qualidade da produção, mas também amplia a visibilidade de temas relevantes relacionados à história recente do país.

O reconhecimento internacional e o sucesso de bilheteria contribuíram para o interesse público na história da ditadura militar, incentivando reflexões sobre a importância da democracia e dos direitos humanos. O filme serve como um veículo para preservar a memória coletiva, garantindo que as lições do passado não sejam esquecidas.

Dessa forma, o filme *“Ainda Estou Aqui”* faz pensar sobre como a arte, em especial o audiovisual pode influenciar a percepção pública sobre eventos históricos e promover discussões essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e consciente de seu passado.

Tendo em vista este contexto, o grupo supõe que o audiovisual pode desempenhar um papel essencial para que a memória histórica seja preservada, permitindo reflexões sobre a ditadura militar e sua importância na construção de uma sociedade mais consciente e democrática, mais precisamente em Jaraguá do Sul e também no IFSC Jaraguá do Sul - Câmpus Centro.

7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA / REVISÃO DE LITERATURA

No Brasil, o regime ditatorial-militar, que aconteceu entre 1964 a 1989, teve uma duração de 25 anos. Neste período, houve o mandato de seis governos – incluindo um governo civil (Codato, 2005).

A partir de estudos da Arquidiocese de São Paulo no ano de 1988, referente à “origem do regime militar”, é possível perceber que o poder dos militares no Brasil começou a se formar bem antes do golpe de 1964. Desde a criação da Guarda Nacional, em 1831, já existia uma força voltada para a repressão de opositores internos, atuando como um auxiliar do exército e ligada aos interesses dos grandes

proprietários de terra. Enquanto isso, a função oficial do exército era proteger o país contra ameaças externas. Com o passar do tempo, principalmente com a ascensão da burguesia e o impacto da Guerra do Paraguai (1864–1870), a Guarda Nacional foi perdendo força, o que acabou dando mais espaço para o exército assumir um papel de maior destaque. O exército começou a se envolver de forma direta em questões políticas (Crestani, 2011).

Outro fator decisivo no contexto histórico da Ditadura Militar foi a Guerra Fria que não constituiu apenas uma disputa política, militar, econômica e ideológica entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS). Ela acabou gerando vários conflitos, golpes de estado e até guerras em várias partes do mundo. Como foi um conflito que envolveu o mundo todo e durou mais de quarenta anos, milhões de pessoas acabaram sendo afetadas, direta ou indiretamente. Só na América do Sul, cerca de quinhentas mil pessoas morreram ou desapareceram nesse período. O poder econômico dos Estados Unidos anulava a possibilidade de neutralidade da América Latina. A maioria dessas vítimas foi sequestrada, torturada e/ou morta pelos governos militares que tomaram o poder em vários países da região, sempre com o apoio dos Estados Unidos. Esses regimes usavam o medo do comunismo — que tinha crescido em Cuba em 1959 — como desculpa para justificar a violência, dizendo que era para proteger a segurança nacional. Foi nesse contexto que surgiu a Operação Condor, uma aliança entre ditaduras sul-americanas para perseguir e eliminar os inimigos desses regimes (Gesteira, 2014).

De acordo com Gesteira (p.18):

Nenhuma outra guerra, nem mesmo as duas Grandes Guerras Mundiais foram verdadeiramente tão mundiais quanto a Guerra Fria, poucas duraram tanto e muito provavelmente nenhuma outra provocou tantas vítimas, sem que jamais tenham havido agressões militares diretas entre as partes originalmente beligerantes, EUA e URSS. O continente Americano, assim como a Ásia, a África e até mesmo a Europa, berço da civilização ocidental, sofreram as consequências desse “embate” de gigantes.

Nesse contexto conflituoso, a Ditadura Militar brasileira teve uma consolidação e o direito foi utilizado como instrumento de dominação. Através de Atos Institucionais, principalmente o AI-5, os militares ampliaram poderes e retiraram direitos civis básicos, como a liberdade de expressão e o *habeas corpus*. A censura foi intensificada, mas artistas e intelectuais resistiram, mesmo sob repressão. A

redemocratização foi liderada pelos próprios militares, gerando o que muitos estudiosos chamam de “democracia outorgada”. O regime usou o discurso da legalidade para justificar ações repressivas, transformando exceções em regras e ajustando leis a seu favor. Assim afirma Silva (2011 *apud* Richter; Farias, 2019, p. 387):

O regime dos atos institucionais constituía legalidade excepcional, ‘formada sem necessidade’, porque voltada apenas para coibir adversários políticos e ideológicos e sustentar os detentores do poder e os interesses das classes dominantes, aliados às oligarquias nacionais [...] Tudo se poderia fazer: fechar as Casas Legislativas, cassar mandatos eletivos, demitir funcionários, suspender direitos políticos, aposentar e punir magistrados e militares e outros. Mas o que ainda era pior é que não havia nada mais que impedisse a expedição de outros atos institucionais com qualquer conteúdo. O regime foi um estado de exceção permanente: pura Ditadura.

Esse modelo de legalidade autoritária deixou marcas que permanecem na estrutura institucional brasileira. O artigo alerta para a necessidade de refletir sobre esse legado, especialmente diante de novos contextos conservadores que reacendem debates sobre o apoio social a projetos autoritários e a forma como a democracia foi construída e ainda é limitada no Brasil. (Richter; Farias, 2019).

Nos últimos anos, o Brasil passou por um fortalecimento de movimentos conservadores que acabaram reacendendo discussões importantes sobre o período da ditadura militar. Questões antes pouco debatidas, como a participação ativa de civis, religiosos e empresários na sustentação do regime, voltam a ser exploradas. “A onda conservadora vivida pelo Brasil tem o potencial de reposicionar importantes debates que vêm sendo travados no campo dos estudos sobre a ditadura militar, em particular no que diz respeito às bases de apoio social a projetos autoritários.” (Joffily, 2024, p. 569). Esse cenário atual mostra como o passado ainda influencia o presente, revelando que entender a ditadura não é apenas olhar para a repressão militar, mas também para as estruturas sociais e políticas que a tornaram possível e que, em alguns aspectos, ainda permanecem. (Joffily, 2024)

No processo de redemocratização, a Lei da Anistia foi tratada como um marco de reconciliação, no entanto, essa reconciliação ocorreu de forma desequilibrada, já que os agentes do Estado responsáveis por crimes durante a ditadura militar foram beneficiados pelo perdão, enquanto vítimas e familiares de desaparecidos não tiveram o mesmo benefício. A transição política evitou

enfrentamentos diretos com o passado, priorizando o silêncio e a estabilidade institucional. Essa escolha refletiu uma estratégia mais voltada para o esquecimento do que para a responsabilização. No entanto, essa abordagem vem sendo questionada nas últimas décadas, principalmente por movimentos sociais e familiares de vítimas que defendem o direito à memória, à verdade e à justiça.

Em recente polêmica, concernente especificamente à revisão da Lei da Anistia, expressivas lideranças políticas manifestaram-se em sentido contrário. Para elas, o esquecimento e o silêncio continuariam sendo as melhores receitas. Tocar no assunto, seria mexer em casa de maribondos. Não concordo. Dadas as nossas circunstâncias, penso que a sociedade poderia compreender-se melhor discutindo o passado. Como sabemos, esta é a melhor forma de pensar o presente e preparar o futuro. Afinal, a ditadura durou 15 anos. (REIS, 2010, p. 177)

A dificuldade em revisitar esse passado revela uma fragilidade do povo, visto que os crimes impunes da ditadura comprometem os pilares da justiça e da memória histórica (Reis, 2010).

Durante a ditadura militar, pessoas que possuíam ideais contrários ao regime, como professores, militantes e políticos, foram perseguidas, presas, torturadas e mortas, segundo Fernandes (2021). Essa autora ainda acrescenta que isso aconteceu igualmente em Santa Catarina, no sul do Estado. Um dos eventos determinantes da repressão foi a Operação Barriga Verde, em 1975. Foi efetuada pelo exército (DOI-CODI) prendendo 42 pessoas acusadas de se envolver com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ilegal nesse período. Marcos Cardoso Filho, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC), era um dos apoiadores do PCB. Foi preso na Operação Barriga Verde, condenado a três anos, e libertado em liberdade condicional em 1978. Entretanto foi demitido da ETFSC, o atual Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) (Fernandes, 2021).

Outro exemplo foi a Derlei Catarina de Luca, de Içara, que iniciou a sua militância na UFSC. Acabou sendo presa por engano, confundida com uma das militantes mais procuradas do país. Quando chegou na sede da OBAN (órgão de repressão), foi torturada por nove homens utilizando pau-de-arara, choques, queimaduras de cigarro, e entre outras violências, como tortura psicológica por conta do seu gênero (Fernandes, 2021).

Segundo a afirmação de Padrós, citada por Fernandes (2021) o regime militar utilizava do medo, da tortura e violência para silenciar qualquer pessoa contra, ou que ameaçasse o poder:

[...] liquida com os líderes de qualquer segmento da sociedade, capazes de articular resistência, elaborar alguma alternativa ou manter viva a chama da liberdade. Simultaneamente, cria um sistema de controle sobre todas as manifestações da vida e uma rede de delação secreta, levando a tortura psicológica a toda a sociedade (Padrós, 2004, p. 53, *apud* Fernandes, 2021, p. 15).

Diante deste fato foi criada em 2014 a Comissão Estadual da Verdade de SC, que apoiou a Comissão Nacional da Verdade. O foco era esclarecer lacunas que foram se obtendo ao longo do regime, como os crimes políticos cometidos entre 1946 a 1988, proteger as memórias das vítimas e promover a justiça. Com isso a comissão revelou diversos casos como: a queima de livros da livraria Anita Garibaldi em Florianópolis no ano de 1964; 15 estudantes acabaram sendo presos em 1968 durante o congresso da UNE em Ibiúna; No decorrer do mesmo ano, alunos foram sequestrados pela Secretaria de Segurança Pública e levados à cadeia de Biguaçu; A operação Barriga Verde de 1975 resultou na prisão de quase 50 militantes do PCB; 701 pessoas foram presas ilegalmente em SC, entre elas camponeses, sindicalistas, mulheres e advogados; 10 catarinenses foram assassinados e 3 continuam desaparecidos (Fernandes, 2021).

Durante a novembrada em 1979, estudantes da UFSC protestaram contra o presidente Figueiredo e foram detidos; Prefeitos de Itajaí, Laguna, Imbituba e São Francisco do Sul foram presos e afastados, e 25 sindicatos sofreram intervenção; Um dos casos confirmados de assassinato foi o do ex-prefeito Higino João Pio de Balneário Camboriú, em 1969. No começo foi registrado como suicídio, porém posteriormente se provou que foi assassinado, provavelmente por forças de segurança (Fernandes, 2021).

A Ditadura Militar (1964-1985) é um tema muito estudado nacionalmente, mas ainda pouco explorado no município Jaraguá do Sul (SC). Temos pouquíssimos registros, pesquisas e debates públicos sobre os impactos do regime na cidade, o que acaba dificultando o acesso à informação e contribui para o apagamento da memória histórica local. Isso pode estar relacionado ao perfil conservador da região e à falta de documentos preservados do período. Diante disso, investigar esse tema

no âmbito do Conectando Saberes é uma forma de contribuir para o resgate da história local e promover uma reflexão crítica sobre o passado recente.

8 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste projeto é a qualiquantitativa, por integrar procedimentos das abordagens qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa será utilizada por meio da realização de entrevistas com historiadores e da produção de um vídeo sensibilizador, que visa interpretar relatos e refletir criticamente sobre a memória da Ditadura Militar em Jaraguá do Sul. Já a abordagem quantitativa será aplicada por meio de um questionário reflexivo, com o objetivo de mensurar as percepções dos estudantes a partir dos dados obtidos.

Essa combinação de métodos permitirá uma análise mais ampla e sensível sobre o tema, valorizando tanto as experiências subjetivas quanto os dados objetivos. De acordo com Minayo:

“Entretanto, numa pesquisa científica, os tratamentos quantitativos e qualitativos dos resultados podem ser complementares, enriquecendo a análise e as discussões finais” (Minayo, 1997 apud Schneider; Fujii; Corazza, 2017, p. 570).

O objetivo geral deste projeto é promover a conscientização dos estudantes sobre os impactos da Ditadura Militar com foco em Jaraguá do Sul, por meio da coleta e divulgação de análises de historiadores e documentação, incentivando a reflexão crítica e a valorização da memória histórica por meio da elaboração de vídeos, entrevistas e análise de dados. A metodologia será aplicada de forma interdisciplinar com estudantes do IFSC - Campus Jaraguá do Sul Centro, sendo os cursos de Modelagem do Vestuário e Química da 1ª, 4ª, 7ª e 8ª fases, com critérios de:

- 1ª fase: intuito de adquirir ponto de vista de estudantes iniciando o curso.
- 4ª fase: propósito de abordar ponto de vista dos estudantes estudando este período histórico, uma vez que a temática da ditadura militar é abordada nesta fase dos cursos na disciplina de História.
- 7ª e 8ª: intuito de adquirir ponto de vista de estudantes encerrando o curso. É importante destacar que o curso de Modelagem do Vestuário se encerra na 7ª fase e o curso de Química se encerra na 8ª fase.

A primeira etapa do projeto consistirá na realização de entrevistas com dois historiadores já mapeados, conduzidas pela equipe, com o objetivo de coletar relatos, análises e reflexões sobre os principais acontecimentos e impactos da Ditadura Militar no Brasil. Essas entrevistas servirão de base para a produção de um vídeo sensibilizador, que reunirá trechos das falas dos especialistas, imagens históricas e registros audiovisuais da época. O vídeo será utilizado como recurso sensibilizador para contextualizar o tema de forma emocional e crítica, despertando o interesse e a empatia dos estudantes antes da aplicação do questionário reflexivo.

Em seguida, será aplicado um questionário reflexivo baseado no conteúdo apresentado no vídeo, que retrata fatos da Ditadura Militar, assim auxiliando a compreensão e sensibilização dos estudantes. Essa atividade visa estimular a interpretação crítica, avaliar a compreensão inicial do tema e preparar a equipe para a análise dos dados.

9 CRONOGRAMA

Atividades 2025.2	ago 2025	set 2025	out 2025	nov 2025	dez 2025	fev 2026	mar 2026	abril 2026	mai 2026	jun 2026	jul 2026
Definição de tarefas	X										
Entrevistas com historiadores; coleta de imagens, documentos e relatos		X	X	X							
Produção do vídeo sensibilizador com trechos das entrevistas e acervos histórico			X	X	X	X					

Elaboração do questionário para os estudantes						X					
Exibição do vídeo nas turmas e aplicação de questionário reflexivo; análise inicial das respostas						X	X	X			
Retomada após-recesso; revisão do material.						X					
Análise dos dados coletados							X	X	X	X	
Produção do relatório final								X	X	X	X

REFERÊNCIAS

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yMwgJMTKNWTwGqYTZMZcPhM/?lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2025.

CRESTANI, Leandro de Araújo. O surgimento do inimigo interno: Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 5, n. 9, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/1157>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FERNANDES, Bruna. **Os reflexos da ditadura militar na região sul de Santa Catarina, com foco nos perseguidos políticos e na memória regional desse período**. 2021. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Ciências Humanas, Unisul, Tubarão, 2021. Cap. 3. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/17469>. Acesso em: 05 maio 2025.

GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. **Scientia Plena**, Sergipe, v. 10, n. 12, p. 1-20, 11 dez. 2014. Disponível em: <https://www.scientiaplenu.org.br/sp/article/view/2062>. Acesso em: 28 abr. 2025.

JOFFILY, Mariana. Sessenta anos do golpe de 1964, que história é essa?. **NOVOS ESTUD.**, São Paulo, v. 43, n. 3, set. - dez. 2024. p. 565-591. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/pvr4rkvnrrJJ7zyyDTXPTYft/> Acesso em: 08 maio 2025.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan.- jun. 2010. p. 171-186. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/gCspSTyRTXfzXMb6mzXND3D/abstract/?lang=pt> Acesso em: 08 maio 2025.

RICHTER, Daniela; FARIAS, Thieser da Silva. Ditadura Militar no Brasil: dos instrumentos jurídicos ditadores para a democracia outorgada. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Niterói, v. 11, n. 3, set.- dez. 2019. p. 381-405. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/46072> Acesso em: 08 maio 2025.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; FUJII, Rosangela Araujo Xavier; CORAZZA, Maria Júlia. Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 569-584, dez.

2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/157> Acesso em: 24 jun. 2025.